

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta Tese
será disponibilizado somente a partir
de 20/08/2022.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**

GISELE CAROLINE NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA PARA
A GESTÃO ESCOLAR: INSTRUMENTOS E RELATÓRIOS EM DISCUSSÃO**



Araraquara - SP

2021

GISELE CAROLINE NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA PARA
A GESTÃO ESCOLAR: INSTRUMENTOS E RELATÓRIOS EM DISCUSSÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Coorientadora: Profa. Dra. Marlene Rodrigues

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão Educacional

Araraquara - SP

2021

S237c Santos, Gisele Caroline Nascimento dos
Contribuições e limites da avaliação institucional interna para
a gestão escolar: instrumentos e relatórios em discussão /
Gisele Caroline Nascimento dos Santos. -- Araraquara, 2021
288 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Sebastião de Souza Lemes

Coorientadora: Marlene Rodrigues

1. avaliação institucional interna. 2. educação superior. 3.
gestão escolar. I. Título.

GISELE CAROLINE NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA PARA
A GESTÃO ESCOLAR: INSTRUMENTOS E RELATÓRIOS EM DISCUSSÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, linha de pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Aprovada em: 20 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
Presidente - Orientador
Unesp - Araraquara

Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
Membro interno titular
Unesp - Franca

Prof. Dr. Ricardo Ribeiro
Membro interno titular
Unesp - Araraquara

Profa. Dra. Joana Corrêa Goulart
Membro externo titular
UEG

Prof. Dr. Hélio José dos Santos Souza
Membro externo titular
Semeb

Araraquara - SP
2021

À professora Dra. Ana Maria de Lima Souza (*in memoriam*), em nome de quem estendo minha dedicatória a todos os professores que tive na vida, principalmente àqueles que sempre acreditaram que se pode ir longe por meio da educação.

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
(Gonzaguinha. Caminhos do coração)

A Deus, pelo dom da vida e por me rodear de pessoas incríveis, inspiradoras e incentivadoras.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), na pessoa de seu Reitor, Prof. Dr. Uberlando Tiburtino Leite, agradeço a oportunidade de aprender tanto nessa instituição; a concessão de afastamento das atividades profissionais para me dedicar integralmente ao doutorado; por todo o apoio a mim dispensado durante este percurso e pelos auxílios financeiros concedidos por meio dos editais do Programa de Incentivo a Qualificação (PIQ). É muito bom poder contar com uma instituição que valoriza os estudos e incentiva seus servidores a crescerem acadêmica e profissionalmente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes (Cuca), por contribuir com o meu sonho de ser doutora. Gratidão pelo cuidado, acolhimento, amizade, orientações acadêmicas e pessoais, diálogos e aprendizados; por ser um orientador tão humano, tornando este processo mais leve.

À amiga e coorientadora Profa. Dra. Marlene Rodrigues, que, desde a graduação, me orienta, apoia e incentiva. Obrigada pelas palavras amigas, pelos elogios, por sempre acreditar em mim, me motivar, cativar e por todas as horas dedicadas a me ajudar com a tese. Obrigada pelo chá de ânimo nos momentos mais difíceis e pelas parcerias nas produções acadêmicas. Gratidão pela interlocução em todos os momentos. Obrigada por existir em minha vida!

Às professoras Maria Lília e Hilda Maria, pelas valiosas ponderações e contribuições no exame geral de qualificação.

Aqueles que foram meus professores no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP: Denise Margonari, Edson Inforsato (Tamoio), José Bizelli, Luiz Nabuco, Maria Teresa Kerbauy, Newton Duarte e

Sebastião Lemes; a todos os técnicos da Pós-Graduação e à UNESP, pela oferta do curso.

À minha família: minha mãe, **Nazaré Nascimento**, incentivadora incondicional da minha trajetória acadêmica; meu pai, **Gerson dos Santos**; minha irmã **Géssica dos Santos**, incentivadora e inspiração; meu cunhado **Gilberto Ribeiro**, minha sobrinha e afilhada **Mariana**, que chegou em 2018 para alegrar ainda mais nossas vidas. Cada um, à sua maneira, sempre me apoia na conquista dos meus objetivos, que são nossos!

Ao meu namorado, Jeferson Mamed, que apareceu na metade da minha jornada no doutorado e desde então me incentiva, motiva e apoia.

À Dra. Sheylla Chediak, compartilhadora da mesma instituição de trabalho, de publicações, reflexões e angústias acadêmica e vivenciais.

À Daiane Bonato, por quem tenho amizade desde a segunda etapa da escolarização. Obrigada por sempre ouvir, apoiar e incentivar meus sonhos; e às amigas Daniele de Oliveira, Edilane Tavares e Mariana Mourão. Gratidão, pelo carinho, apoio e torcida.

À Helena Machado, pelo carinho e ombro amigo. Por “comprar” minhas brigas e estar sempre presente.

Aos colegas de trabalho do IFRO, que sempre estiveram mais próximos, agradeço o apoio, o reconhecimento da importância desta etapa e por “segurarem as pontas” durante o período de meu afastamento integral da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPESP):

- Márcia Moreira de Souza (*in memoriam*), grande amiga que me ajudou com as inquietações para a problemática do projeto de pesquisa para o doutorado, nas inscrições para os processos seletivos, que me encorajou, incentivou e inspirou até o último momento, partindo na metade de minha trajetória no doutorado e deixando belos exemplos, uma amizade linda e sentimento de eterna gratidão;
- Janaína Kelly, confidente, mestra e exemplo de determinação, parceira em todos os momentos;
- Giselle Andrade, carinhosa, inspiração, sempre motivadora e torcedora nesta trajetória;
- Gilmar, que sempre foi, mais que um “chefe” ou liderança do setor, um grande amigo, apoiador e incentivador;

- Solimária Lima, mulher admirável por sua garra e sempre presente com palavras e gestos motivadores;
- Michele Noé, que topou segurar o leme da Pós-Graduação no IFRO, com tantos projetos em andamento e muito trabalho a ser feito.

Gratidão a Jaqueline Andrade, amiga sempre presente, pelo apoio e incentivo.

Às “parceiras de jornada”¹ na UNESP. Muito bom encontrá-las nessa importante trajetória da vida e ser tão bem acolhida em terras paulistas. Obrigada por todo o apoio, diálogos e carinho:

- Lidiane Malheiros, um grande presente para minha vida;
- Bruna Mendes, amiga e excelente professora de inglês;
- Girlene Albuquerque, compartilhadora da disciplina mais difícil do primeiro semestre;
- Nathália Silva, doce, poeta e companheira em vários momentos e na disciplina mais intensa do segundo semestre do curso;
- Bruna Batista, um feliz encontro em uma disciplina, que fez nascer uma amizade especial;
- Kaira Porto, com quem pude compartilhar muitos momentos durante todo o curso;
- Gabriela Ferreira, compartilhadora de momentos de alívio e também dos mais temidos;
- Joana Goulart, minha irmã de orientação e membro da banca de defesa desta tese.

Ao amigo João Guilherme, por todo o carinho, palavras amigas, conselhos e torcida.

À Camila Bassetto, que me acolheu e deu todo apoio enquanto estive em Araraquara-SP, em todas as vezes que retornei e com quem mantenho contato e amizade mesmo a longa distância.

À madrinha Ida Cristina, que sempre me apoia, torce e celebra cada conquista.

À Profa. Dra. Ana Maria (*in memoriam*), minha orientadora na graduação e no mestrado. Obrigada por me ensinar a amar a temática da avaliação da aprendizagem, pelo carinho e trocas na jornada acadêmica.

¹ Termo de: TEZZARI, Neusa. **Parceiros de Jornada**: Crônicas. Porto Velho: Edufro, 2001.

À Profa. Dra. Juracy Pacífico e ao Prof. Dr. Lucas Bueno, com quem aprendo muito e estiveram sempre presentes na minha trajetória profissional e acadêmica.

À minha comadre Fístiane e minha afilhada Sofia, por todo o carinho e apoio de sempre.

A Ângela Araújo, pelo carinho, pela companhia, palavras e conversas acolhedoras.

Às amigas Josiane Vasconcelos, Talita Mendes, Camila Kail e Renata França, pela torcida, apoio, incentivo e carinho desde o mestrado. Presentes que o *ballet* me deu.

A Ana Carolina Mota, pelo apoio, pelas caminhadas no fim de tarde, companhia para ver filmes legendados e conversas sempre acolhedoras.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização do meu sonho de ser doutora.

“[...] a avaliação não é apenas valiosa, mas também essencial para qualquer sistema ou sociedade eficiente” (WORTHEN, SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 56).

RESUMO

SANTOS, Gisele Caroline Nascimento dos. **Contribuições e limites da avaliação institucional interna para a gestão escolar**: instrumentos e relatórios em discussão. 2021. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2021.

A avaliação interna - ou autoavaliação institucional - se insere no contexto das políticas públicas de avaliação educacional da educação superior e tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento das ações para identificar o nível de eficiência e eficácia para o alcance das metas institucionais. Essa modalidade de avaliação interna fornece indicadores que subsidiam a regulação das ações institucionais e possibilitam discussões e análises para repensar as atividades desenvolvidas, o planejamento estratégico e, se necessário, a elaboração e a efetivação de novas ações e políticas internas quando da tomada de decisões. Com base nesse pressuposto, no presente estudo, foram analisadas as contribuições da avaliação interna para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o objetivo de identificar suas influências nas tomadas de decisões da gestão escolar. Para tanto, foram considerados os seguintes documentos institucionais: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e 2018-2022 e Relatórios de Avaliação Interna (RAI) 2015, 2016 e 2017. Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo analítica, desenvolvida em três etapas: (i) levantamento, leitura, análise e seleção de produções relacionadas à temática, por meio dos descritores “avaliação institucional”, “políticas públicas” e “gestão escolar”, além de levantamento dos documentos legais e orientadores da avaliação institucional em âmbito nacional; (ii) levantamento de documentos institucionais relativos à avaliação interna do IFRO (questionários de avaliação, relatórios, regulamentações, PDI e Projeto Pedagógico Institucional (PPI)); (iii) análise do material levantado. Para tratar dos documentos oficiais, utilizou-se a análise documental (CELLARD, 2008) e, para os RAI, acrescentou-se a técnica de categorização, segundo a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Conclui-se que a avaliação interna do IFRO tem se consolidado como importante ferramenta para as ações institucionais e a gestão tem utilizado os resultados como diagnóstico e indicadores para as tomadas de decisões. Alguns pontos precisam de aperfeiçoamento: capacitação dos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), elaboração dos instrumentos de avaliação, estruturação e análise dos dados nos relatórios de avaliação, sensibilização da comunidade e formas de divulgação dos resultados da avaliação. A avaliação interna tem superado o aspecto burocrático e legalista, estando no caminho para a construção coletiva de uma cultura de avaliação formativa e emancipatória.

Palavras-chave: avaliação institucional interna; educação superior; gestão escolar.

ABSTRACT

SANTOS, Gisele Caroline Nascimento dos. **Contributions and limits of internal institutional evaluation for school management:** instruments and reports under discussion. 2021. 288 f. Thesis (Doctoral Degree in School Education) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2021.

The internal evaluation - or institutional self-evaluation - is inserted in the context of higher education public policies evaluation, in order to monitor the development of actions to identify the level of efficiency and effectiveness for achieving institutional goals. This type of evaluation provides indicators that support the regulation of institutional actions and enable discussions and analysis to rethink the developed activities, strategic planning and, if necessary, the preparation and implementation of new actions and internal policies when making decisions. Based on this assumption, in this study, the contributions of the internal evaluation to the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO) were analyzed aiming to identify its influence on decision-making in school management. To this end, the following institutional documents were considered: Institutional Development Plan (PDI) 2014-2018 and 2018-2022 and Internal Evaluation Reports (RAI) 2015, 2016 and 2017. This is a qualitative analytical research developed in three stages: (i) survey, reading, analysis and selection of productions related to the theme, through the descriptors "institutional evaluation", "public policies" and "school management", in addition to a survey of legal documents and guidelines for institutional evaluation at the national level; (ii) survey of institutional documents related to the internal evaluation of IFRO (evaluation questionnaires, reports, regulations, PDI and Institutional Pedagogical Project (PPI)); (iii) analysis of the collected material. To deal with official documents, it was used the documentary analysis (CELLARD, 2008) and, for RAI, the categorization technique was added, according to content analysis (BARDIN, 2016). It was concluded that the IFRO's internal evaluation has been consolidated as an important tool for institutional actions and the management has used the results as diagnosis and indicators for decision-making. Some points need improvement: training of members of the Evaluation Committee (CPA), evaluation instruments elaboration, structuring and analysis of data in evaluation reports, community awareness and ways of disseminating evaluation results. Internal evaluation has overcome the bureaucratic and legalistic aspect, being on the way to the collective construction of a formative and emancipatory evaluation culture.

Keywords: internal institutional evaluation; tertiary education; school management.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Movimentos que impulsionaram a reforma universitária de 1968	40
Esquema 2 – Estrutura do PDI IFRO	122
Esquema 3 – Ações para realização da avaliação interna	142
Esquema 4 – Etapas da autoavaliação	160

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Processos para a autoavaliação.....	161
Fluxograma 2 – Etapas da realização da avaliação interna	201

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Objetivos da pesquisa	106
Organograma 2 – Fontes primárias	115
Organograma 3 – Etapas da análise documental	116
Organograma 4 – Previsões de ações de capacitações pedagógicas	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dissertações relacionadas à avaliação institucional produzidas no Brasil	29
Gráfico 2 – Titulação dos docentes ativos em 2021	126
Gráfico 3 – Titulação dos técnicos administrativos ativos em 2021	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Peculiaridades da expansão da educação superior no Brasil	42
Quadro 2 – Características do PARU	44
Quadro 3 – Estruturação do Relatório do GERES	46
Quadro 4 – Comparação entre os documentos do PARU/CNRES/GERES/PAIUB	49
Quadro 5 – Características dos enfoques da gestão	70
Quadro 6 – Tipos de avaliações em políticas públicas	84
Quadro 7 – Cursos de educação superior ofertados pelo IFRO 2020	113
Quadro 8 – Primeiro passo da estruturação da categorização	118
Quadro 9 – Passo 2: estruturação das categorias em frases	118
Quadro 10 – Pré-análise do PDI - IFRO (2014-2018)	123
Quadro 11 – Dimensão: Coordenações do campus	149
Quadro 12 – Dimensão: Infraestrutura	151
Quadro 13 – Dimensão: Autoavaliação do aluno	152
Quadro 14 – Dimensão: Coordenador de curso	153
Quadro 15 – Dimensão: Atuação docente	154
Quadro 16 – Dimensão: Missão e PDI	161
Quadro 17 – Dimensão: Políticas para o ensino em 2016	162
Quadro 18 – Dimensão: Políticas para o ensino em 2017	163
Quadro 19 – Dimensão: Políticas para a pesquisa em 2016	165
Quadro 20 – Dimensão: Políticas para a pesquisa em 2017	166
Quadro 21 – Evolução da titulação dos servidores	167
Quadro 22 – Dimensão: Políticas para extensão	168
Quadro 23 – Dimensão: Responsabilidade social da instituição	169
Quadro 24 – Dimensão: Comunicação com a sociedade	169
Quadro 25 – Dimensão: Políticas de pessoal	170
Quadro 26 – Dimensão: Organização e gestão da instituição	172
Quadro 27 – Dimensão: Infraestrutura física	172
Quadro 28 – Dimensão: Planejamento e avaliação	174
Quadro 29 – Dimensão: Política de atendimento aos discentes em 2016	175
Quadro 30 – Dimensão: Política de atendimento aos discentes em 2017	177
Quadro 31 – Dimensão: Sustentabilidade financeira	178
Quadro 32 – Análise preliminar dos relatórios da CPA - IFRO	182
Quadro 33 – Comparativo anual de respondentes dos questionários de avaliação interna do IFRO (2015 a 2017)	185
Quadro 34 – Campus, cursos e segmentos avaliados em 2016 e 2017	189
Quadro 35 – Pré-análise das características da apresentação dos relatórios de avaliação interna do IFRO (2015 a 2017)	190
Quadro 36 – Pré-análise da caracterização da apresentação gráfica dos relatórios de avaliação interna do IFRO (2015 a 2017)	193
Quadro 37 – Síntese de uma dimensão avaliada em 2016	196
Quadro 38 – Síntese da dimensão infraestrutura física avaliada em 2017	196

Quadro 39 – Sínteses de uma dimensão avaliada em 2016 e em 2017	199
Quadro 40 – Repetições nas sugestões de ações para a Dimensão 1: Missão e PDI	204
Quadro 41 – Quantitativo de repetições de frases em quadros do RAI 2017	204
Quadro 42 – Repetições nas sugestões da dimensão 7: Infraestrutura física	205
Quadro 43 – Apontamentos da CPA sobre a Dimensão 8: Planejamento e avaliação (2016)	213
Quadro 44 – Etapas metodológicas para realização da avaliação interna	216
Quadro 45 – Pré-análise do PDI - IFRO (2018-2022)	220
Quadro 46 – Objetivos e ações de internacionalização do PDI 2018-2022	228
Quadro 47 – Objetivos estratégicos e ações para capacitação definidas no PDI	242

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modalidades do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	24
Figura 2 – Eixos que compõem o SINAES	26
Figura 3 – Instrumentos de avaliação utilizados pelo SINAES	27
Figura 4 – Pesquisas que abordam sobre instituições da Rede Federal de Educação	31
Figura 5 – Marcos históricos, políticos e legais da educação superior no Brasil	36
Figura 6 – Medidas da reforma universitária de 1968	41
Figura 7 – Estrutura do documento elaborado pela CNRES	45
Figura 8 – Princípios norteadores do PAIUB	48
Figura 9 – Dimensões institucionais que compõem o SINAES	52
Figura 10 – Características do SINAES	53
Figura 11 – Órgãos competentes para regulação, supervisão e avaliação da Educação Superior	54
Figura 12 – Encaminhamentos sobre avaliação da Educação Superior para os próximos anos	59
Figura 13 – Conceitos de gestão e administração	65
Figura 14 – Concepções de gestão educacional	66
Figura 15 – Competências da administração da educação	73
Figura 16 – Autonomia das universidades	75
Figura 17 – Tipos de indicadores	86
Figura 18 – Elementos para um bom relatório escrito	88
Figura 19 – Natureza das atividades de planejamento e avaliação	92
Figura 20 – Compreensão da avaliação permanente	95
Figura 21 – Categorias do uso da avaliação	97
Figura 22 – Elementos para apresentação de informações nos relatórios escritos de avaliação	98
Figura 23 – Dimensões da avaliação	103
Figura 24 – Documentos fonte de dados da pesquisa	106
Figura 25 – Referência de datas dos relatórios de avaliação interna	108
Figura 26 – Dimensões da análise documental preliminar	109
Figura 27 – Passo 3: Formação de categorias gerais para análise	119
Figura 28 – Passo 4: Formulação das categorias e subcategorias	119
Figura 29 – Nuvem de palavras com maior frequência no PDI (2014-2018)	130
Figura 30 – Cursos de educação superior ofertados pelo IFRO em 2013	131
Figura 31 – Missão, visão e valores do IFRO	133
Figura 32 – Eixos norteadores para oferta de cursos técnicos	136
Figura 33 – Eixos dos cursos	137
Figura 34 – Perfil dos campi do IFRO	137
Figura 35 – Três principais aspectos de uma avaliação	145
Figura 36 – Dimensões avaliadas de 2015 a 2017	147
Figura 37 – Conceitos para avaliar as questões dos questionários	147
Figura 38 – Conceitos utilizados na avaliação interna de 2015	148

Figura 39 – Atribuições aos itens avaliados em 2016 e 2017	158
Figura 40 – Padrão para análise do instrumental de avaliação 2017	159
Figura 41 – Eixos e dimensões que compõem a avaliação interna	180
Figura 42 – Nuvem de palavras mais frequentes nos relatórios de avaliação	184
Figura 43 – Disposição dos gráficos no RAI 2015	203
Figura 44 – Demonstrativo de resultados no relatório de avaliação 2017	206
Figura 45 – Disposição gráfica dos resultados quantitativos no relatório final	208
Figura 46 – Subcategorias da categoria: Limitações e entraves	214
Figura 47 – Nuvem de palavras com maior frequência no PDI (2018-2022)	223
Figura 48 – Projetos estratégicos do IFRO	224
Figura 49 – Sugestões de ações da CPA quanto à participação da comunidade na elaboração de documentos institucionais	226
Figura 50 – Ações para divulgação das atividades de integração IFRO-Comunidade	232
Figura 51 – Ações para atender à comunidade externa	233
Figura 52 – Ações para fortalecimento de parcerias interinstitucionais	234
Figura 53 – Ações de capacitação e formação de pesquisadores	237
Figura 54 – Prospecção de ações voltadas para arte, cultura e esporte	238
Figura 55 – Sugestões da CPA para ações sobre capacitações	241
Figura 56 – Ações para melhoria do clima organizacional	243
Figura 57 – Ações para ambientação de servidores novos	244
Figura 58 – Previsões de ações que visam aprimoramento da gestão	245
Figura 59 – Previsões de ações para melhoria da internet nas unidades	246
Figura 60 – Expansão da infraestrutura voltada a atender a acessibilidade física	247
Figura 61 – Ações para melhoria da infraestrutura	248
Figura 62 – Construção/adequação de espaços de convivência	248
Figura 63 – Aquisição de mobiliário e equipamentos de suporte administrativo	249
Figura 64 – Previsão de ações para fortalecimento da identidade institucional	250
Figura 65 – Previsões de ações de melhoria de infraestrutura	251
Figura 66 – Ações para consolidação dos NAPNE	252

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Ciência
ABE	Associação Brasileira de Educação
ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
ANDES	Associação dos Docentes de Ensino Superior
APL	Arranjos Produtivos Locais
ASCOM	Assessoria de Comunicação e Eventos
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVALIES	Avaliação das Instituições de Educação Superior
BASIS	Banco de Avaliadores do SINAES
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAED	Coordenação de Assistência ao Educando
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCPEPE	Comissão Central do Plano Estratégico para Permanência e Êxito
CEA	Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE	Conselho Federal de Educação
CGP	Coordenação de Gestão de Pessoas
CGTI	Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
CI	Conceito Institucional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRES	Comissão Nacional de Reforma do Ensino Superior
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAV	Comissão Nacional de Orientação e Avaliação
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente

CRA	Coordenação de Registros Acadêmicos
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSG	Coordenação de Serviços Gerais
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DAPE	Departamento de Apoio ao Ensino
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DEPAE	Departamento de Assistência ao Educando
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
EaD	Educação a Distância
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPAEE	Estudantes Público Alvo da Educação Especial
ETSUS	Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FIC	Formação Inicial e Continuada
GAB	Gabinete
GEIES	Grupo de Estudos de Indicadores da Educação Superior
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
GRINT	Grau de Interiorização
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado
IES	Instituições de Educação Superior
IF	Instituto Federal
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAPSI	Mestrado Acadêmico em Psicologia
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	Organisation for Economic Cooperation and Development
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PI	Pesquisador Institucional
Pibic	Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica
PIQ	Programa de Incentivo a Qualificação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
Prof.	Professor
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROESP	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
RAI	Relatório de Avaliação Interna
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ROA	Regulamento de Organização Acadêmica
SAD	Sistema de Apoio a Decisão
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SINAEP	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TI	Tecnologia da Informação
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 A CONSTITUIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO-POLÍTICO E LEGAL	34
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	62
3.1 ENFOQUES DA GESTÃO ESCOLAR	64
3.2 AVALIAÇÃO INTERNA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO	77
3.3 A AVALIAÇÃO INTERNA NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR	94
4 MÉTODO	105
4.1 O CONTEXTO DA PESQUISA	111
4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	115
4.3 ANÁLISE CATEGÓRICA	117
5 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DO IFRO: PROCESSOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO ESCOLAR	121
5.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2014-2018	121
5.1.2 O Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	134
5.2 OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO INTERNA	139
5.2.1 Análise do instrumental de avaliação 2015	148
5.2.2 Análise dos instrumentais de avaliação interna de 2016 e 2017	156
5.3 OS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO INTERNA (RAI)	179
5.3.1 Análise categórica dos Relatórios de Avaliação Interna (RAI)	198
5.4 O PDI 2018-2022 COMO PARÂMETRO PARA ANALISAR A UTILIDADE DA AVALIAÇÃO INTERNA do IFRO	214
5.4.1 Análise do PDI 2018-2022 em comparação com as sugestões de ações dos Relatórios de Avaliação Interna (RAI)	223
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	261
APÊNDICE A – QUADRO DAS PESQUISAS CATEGORIZADAS	276
APÊNDICE B – MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS EM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRO	279
APÊNDICE C – SÍNTESE DAS SUGESTÕES DE AÇÕES DA CPA NAS AVALIAÇÕES INTERNAS DE 2016 e 2017	282

1 INTRODUÇÃO

Toda avaliação tem por objetivo revelar o estado em que o objeto avaliado se encontra, seja a aprendizagem, uma instituição, um programa, um projeto etc. Não se pode confundir o real objetivo da avaliação e seu caráter utilitário, pois o uso varia muito, de acordo com a necessidade e a intencionalidade do avaliador.

No contexto educacional, existem alguns tipos de avaliações; dentre elas, a da aprendizagem escolar, a institucional, de cursos e programas. Para a gestão escolar, a avaliação institucional interna se constitui como um instrumento que subsidia a tomada de decisões dos gestores, a partir de indicadores obtidos por meio de diversificados instrumentos de avaliação: questionários, banco de dados, roteiro de entrevistas, roteiro e relatório de observação, dentre outros, caracterizando-se por dados concretos, numéricos ou escritos, que auxiliam os gestores a mensurar as atividades desenvolvidas e identificar elementos que necessitam de maior atenção ou modificação, seja nas atividades pedagógicas e/ou administrativas, de modo a orientar as ações para o alcance da missão, objetivos e eficácia institucional, bem como a efetividade acadêmica e social.

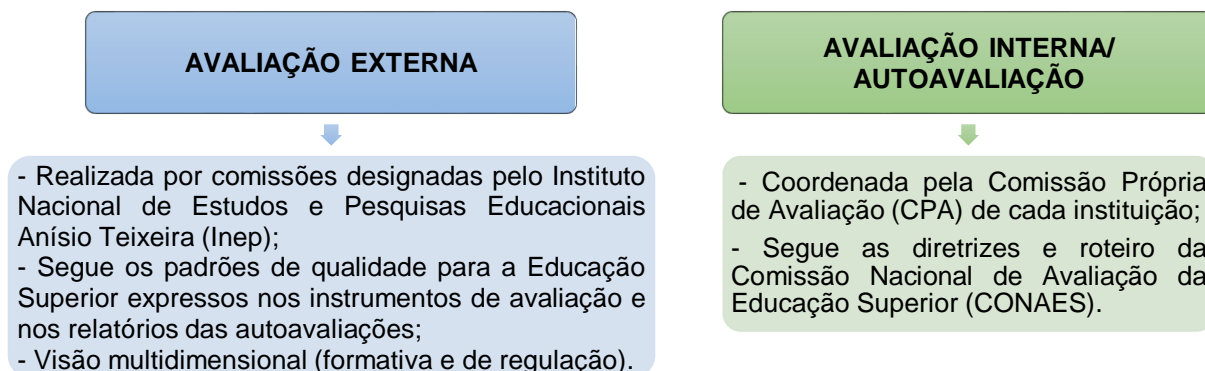
A avaliação institucional, no âmbito da Educação Superior, constitui-se pelas avaliações externa e interna, que se caracterizam em ferramentas intrínsecas à gestão escolar para subsidiar a tomada de decisões e a implementação de políticas institucionais, mas, por si só, não promovem mudanças, pois precisam do agente avaliador e dos tomadores de decisões para que seja feito algo ao se considerar os dados revelados a partir dos instrumentos das avaliações.

Somente para a Educação Superior existe uma estruturação e exigência para a realização da avaliação institucional interna e externa. Para outros níveis de ensino, ainda não há regulamentação que obrigue a efetivação da avaliação institucional, porém há a avaliação em larga escala, a depender do nível de ensino: Provinha Brasil, Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), avaliações muito distintas da avaliação institucional, com foco no desempenho escolar do estudante. Desse modo, poucas escolas realizam a avaliação institucional interna, que tem finalidades distintas e depende exclusivamente das instituições.

No âmbito da regulação, acompanhamento e avaliação da ES, existem duas modalidades de avaliação que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES), quais sejam: a avaliação externa e a avaliação interna/autoavaliação, conforme demonstra a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Modalidades do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir de Instituto Nacional de EP (2020).

Desde a sala de aula até o contexto macro das políticas públicas, a avaliação exerce influência e possui fundamental importância na manutenção e regulação das atividades e ações institucionais. Apesar de não atuar exclusivamente com função reguladora, pode e geralmente inclui esse ato, seja ou não governamental. De acordo com Foreman (2001 *apud* PECEI, 2018, p. 867), a “[...] regulação inclui o controle, pelo governo, do comportamento de entidades, como empresas, indivíduos ou diversos níveis governamentais”.

A partir da percepção de que a avaliação, em suas modalidades, se caracteriza como constitutiva das ações pedagógicas, políticas e de gestão de uma instituição educacional, esta temática chamou atenção, tornando-se uma problemática a ser investigada.

Ao considerar o valor do campo da avaliação - que não se constitui ainda como uma teoria, mas tem crescido como campo de estudos e pesquisas - e a contribuição desta pesquisa para ampliar os debates sobre a realização e qualidade da avaliação interna, bem como seu aproveitamento para a gestão educacional, o presente trabalho encontra relevância.

A atual conjuntura das políticas públicas de gestão e avaliação das instituições de educação no Brasil é significativa, devido às demandas urgentes de implantação de sistema próprio de avaliação para melhor autoconhecimento, planejamento,

² Os *apud* foram utilizados neste trabalho por falta de acesso aos originais, dando-se preferência a citações diretas.

acompanhamento, controle e redimensionamento das ações institucionais. A palavra controle muitas vezes parece remeter a um aspecto não muito positivo; no entanto, Bonniol e Vial (2001, p. 102) enfatizam que “a distinção controle/avaliação não abrange apenas uma separação entre práticas diferentes. De fato, ela delimita dois universos diferentes, porém completamente necessários”.

Em instituições mais consolidadas e com maior tempo de funcionamento, que ofertam exclusivamente ES, como a maioria das universidades brasileiras, a realização da avaliação institucional nos cursos é, ou deveria ser, uma ação consolidada e usual, pois muitas dessas instituições acompanharam os processos históricos de construção e solidificação do SINAES. No entanto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), que foram criados no final de 2008, vieram após o SINAES e, por ofertarem vários níveis de ensino (do Médio Técnico à Pós-Graduação *Stricto Sensu*), possuem peculiaridades na efetivação de uma cultura de avaliação.

A presente pesquisa parte de inquietações enquanto profissional da educação e devido à atuação específica na equipe de gestão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Por meio da atuação em cargo de gestão e no local onde são gerenciados todos os *campi* da instituição, foi possível observar que a avaliação institucional é importante para a gestão escolar, pois seus indicadores possuem finalidades específicas e, considerando seu caráter utilitário, pode contribuir para nortear as políticas institucionais nos espaços educacionais que dependem das tomadas de decisões na instituição.

O interesse na investigação acerca da avaliação pode ser confirmado nas produções acadêmicas desta pesquisadora, como o trabalho monográfico de graduação e a dissertação de mestrado, que seguiram o viés da avaliação da aprendizagem escolar. Para este momento, principalmente motivada pela atuação profissional na coordenação pedagógica do IFRO, parte-se para outra linha de investigação: a avaliação a partir da perspectiva da gestão escolar e como política pública no âmbito educacional.

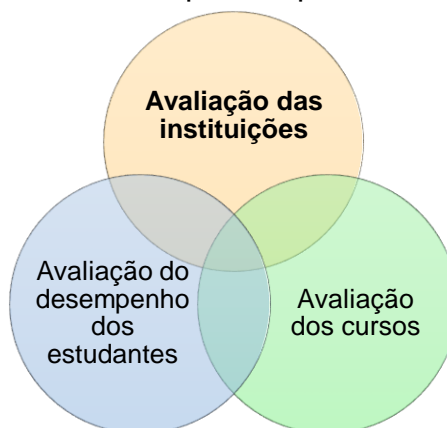
Fatores como a atuação profissional em cargo de gestão junto ao IFRO, a observação de um movimento para consolidação da avaliação institucional no IFRO e a organização da equipe gestora para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) de forma integrada, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), discutido e elaborado com a participação e envolvimento de toda a

comunidade a partir do ano de 2017, fizeram com que houvesse interesse na investigação acerca da contribuição da avaliação interna para a gestão escolar do IFRO.

As políticas públicas de avaliação precisam ser analisadas, dada sua relevância nos processos de melhoria institucional e de intervenção direta. A atuação em gestão educacional exige pensar novas políticas, implementar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas, o que torna a avaliação institucional uma importante ferramenta para regular e nortear novas ações a partir do olhar do outro, da análise do que está sendo feito e o que necessita ser mudado para a promoção do ensino de qualidade. Os indicadores gerados a partir da avaliação institucional interna fornecem subsídios para a tomada de decisões.

Nesse sentido, é necessário compreender o funcionamento do SINAES, que se constitui por três eixos de avaliação, conforme representado na Figura 2:

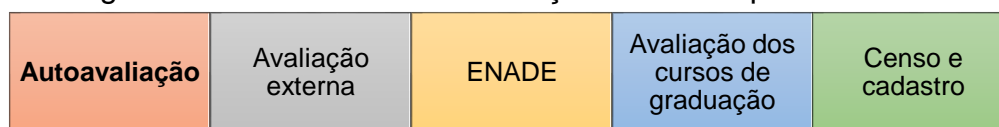
Figura 2 – Eixos que compõem o SINAES



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir das informações contidas no sítio eletrônico do INEP (grifo nosso).

A avaliação das instituições, foco desta tese, constitui-se como instrumento para avaliar e redirecionar as ações já realizadas e subsidiar a construção de novas políticas internas e externas. Sendo um dos objetivos da avaliação a melhoria do mérito e valor das instituições, considerando a dimensão da gestão, o SINAES utiliza vários instrumentos de avaliação, representados na Figura 3:

Figura 3 – Instrumentos de avaliação utilizados pelo SINAES



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir das informações contidas no sítio eletrônico do INEP (grifo nosso).

A efetivação de ambas as modalidades da avaliação institucional remete ao controle e regulação das ações realizadas; a regulação, em um contexto amplo, tem a função de “[...] empregar a autoridade pública na elaboração e aplicação de regras e padrões, para empresas, cidadãos e entidades governamentais, sendo assim função do Estado” (HOOD *et al.*, 1999 *apud* PECCI, 2018, p. 867); além da função reguladora, propicia o planejamento estratégico dos aspectos organizacionais, dos arranjos institucionais para realização de políticas de desenvolvimento. A avaliação institucional interna se constitui, então, em uma ferramenta imprescindível para a tomada de decisões, autocontrole e autoconhecimento para a melhoria da gestão pedagógica e administrativa.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRO foi regulamentada em 2011. A nomeação da primeira comissão ocorreu em 2012, por meio da Portaria n.º 796 GAB/IFRO, de 13 de novembro de 2012. Conforme registros no sítio eletrônico do IFRO, foram realizadas avaliações internas a partir do ano de 2013; no total, foram realizadas oito avaliações no período de 2013 a 2020.

Diante da atual perspectiva institucional e a partir das informações apresentadas, é imprescindível caracterizar algumas questões: Quais são as contribuições da avaliação interna para o processo de gestão escolar do IFRO? Quais entraves incidem sobre a avaliação interna e quais as intervenções no processo de gestão escolar do IFRO? Os relatórios de avaliação são eficientes? Quais fatores influenciam o uso das informações da avaliação? É possível identificar as intervenções ou as tomadas de decisões realizadas pela gestão escolar do IFRO, a partir dos resultados das avaliações internas?

Por ser uma atividade que possui continuidade, e diante do atual modelo de avaliação interna por ciclo avaliativo, foi necessário analisar os documentos institucionais que formavam um ciclo completo, ao longo de três avaliações institucionais (2015, 2016, 2017), como forma de identificar as medidas adotadas pela gestão escolar a partir dos resultados gerados na avaliação interna.

A tese que se busca defender com a realização desta pesquisa é a seguinte: a avaliação institucional interna é um instrumento determinante para a equipe da gestão escolar, quando é utilizada para fundamentar as tomadas de decisões para a qualidade dos serviços prestados pelo IFRO.

A partir da realização de uma pesquisa qualitativa, do tipo analítica, visando validar a tese proposta, tem-se como objetivo geral: analisar as possíveis influências da avaliação institucional, como instrumento para a gestão escolar no IFRO. Como objetivos específicos, buscou-se: analisar os instrumentos e de avaliação institucional interna do IFRO; discutir a apresentação dos resultados nos Relatórios de Avaliação Institucional Interna; e identificar a(s) interferência(s) e contribuições da avaliação interna na tomada de decisões da equipe gestora.

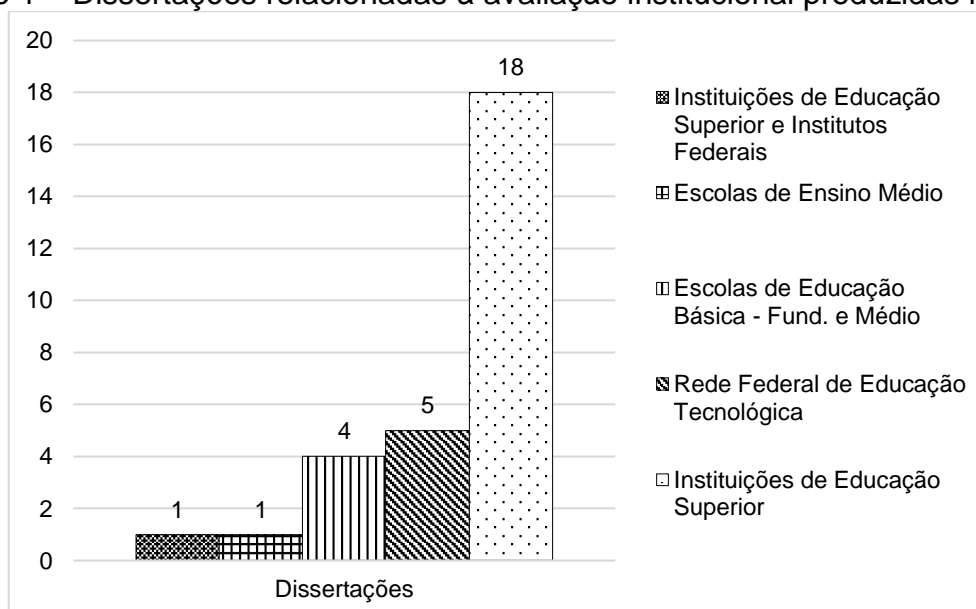
O estudo acerca de políticas públicas educacionais é muito vasto; no entanto, as produções sobre avaliação institucional no âmbito da educação têm se desenvolvido mais na última década, o que revela a importância desta temática frente aos desafios de profissionalizar os processos de gestão dentro das instituições educativas e da implementação de novas legislações de regulação e/ou revisão e reformulação das legislações vigentes para acompanhamento e promoção da qualidade dos serviços educacionais prestados.

Por meio do levantamento das produções em nível de mestrado e doutorado, realizado no acervo do *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), no dia 25 de maio de 2021, na consulta ao descritor “Avaliação interna”, foram localizados 114 registros, sendo 91 dissertações e 23 teses. Desse total, 62 dissertações e 20 teses não foram categorizadas, pois, a partir da leitura flutuante dos títulos e, quando necessário, dos resumos disponíveis no Catálogo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) ou nos sítios eletrônicos das instituições que ofertaram os cursos, observou-se que o enfoque das produções não era a avaliação interna, o que representa aproximadamente 73% dos trabalhos encontrados.

O descritor não foi pesquisado em plataformas internacionais ou em plataformas que vão além de dissertações e teses produzidas no Brasil, pois, por investigar uma instituição brasileira, não é foco desta pesquisa fazer comparações com pesquisas de outras nacionalidades ou outras modalidades de pesquisas acadêmicas.

Do total de estudos selecionados³, a partir do critério de inclusão baseado nas pesquisas que abordam diretamente a temática da avaliação interna ou autoavaliação institucional, foram encontradas três teses e 29 dissertações. As dissertações foram categorizadas a partir de seus títulos ou objeto de pesquisa. O Gráfico 1, abaixo, apresenta o quantitativo de dissertações selecionadas por temas. Dada a baixa quantidade, não foi calculado o percentual.

Gráfico 1 – Dissertações relacionadas à avaliação institucional produzidas no Brasil



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das informações obtidas junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (maio, 2021).

As pesquisas categorizadas mostram que as instituições apresentam dificuldades em lidar com os resultados das avaliações externas e internas, no sentido de considerá-las como políticas públicas de avaliação eficazes a partir de suas finalidades. As pesquisas de Menezes (2012), Botelho (2016), Kwecko (2017), Goulart (2018) e Marques (2018) apontam, em seus resultados, a dificuldade de a gestão incorporar os dados obtidos na avaliação interna aos procedimentos de tomada de decisões. Outras questões relativas à problemática e à efetivação da avaliação interna são: instrumentos mal elaborados, falta de clareza nos objetivos da avaliação, falta de embasamento, ausência de clareza e familiaridade com teorias avaliativas. Em síntese, a maioria das pesquisas enfatiza a necessidade de estímulo a uma gestão baseada em diagnósticos e da participação efetiva da comunidade acadêmica na

³ No quadro do “Apêndice A” constam as principais informações das pesquisas que foram categorizadas.

avaliação, a superação do mero exercício burocrático e legalista da avaliação interna e a melhoria nas formas de acesso, divulgação e retorno das informações coletadas.

A tese de Brandalise (2007, p. 23) aponta que a avaliação institucional tem grande potencial de ser desenvolvida coletivamente; que a construção de um processo de autoavaliação é bastante complexa, mas permite “[...] apontar caminhos para a construção de uma nova cultura de avaliação [...]”.

Nos resultados da tese de Botelho (2016, p. 7), consta que “[...] a autoavaliação institucional ainda tem muito a avançar, a partir da utilização dos resultados gerados [...]” e a “[...] falta de compromisso dos gestores para com o processo avaliativo e o não uso dos resultados [...]” se caracteriza como uma das dificuldades da efetivação das funções da avaliação institucional, que tem tido enfoque no caráter regulatório em detrimento do processo formativo.

Ao analisar a avaliação institucional interna da Universidade de Goiás, Goulart (2018) constatou que existem algumas dificuldades quanto à utilização dos resultados que compõem os relatórios de avaliação institucional interna, bem como:

[...] as contradições e pressões geradas pela regulação imposta pelo Estado sobrepondo ao significado da construção da autonomia e emancipação institucional. [...] é preciso construir propostas de gestão em que os resultados da avaliação interna sejam levados em consideração no planejamento institucional (GOULART, 2018, p. 19).

Na tese de Goulart (2018), a meta-avaliação é apontada como uma ferramenta que qualifica o mérito e valor da avaliação interna, além de ratificar os princípios, procedimentos e instrumentos utilizados. A autora enfatiza que há dificuldades a serem superadas com relação à aplicação dos resultados da avaliação pela gestão da universidade.

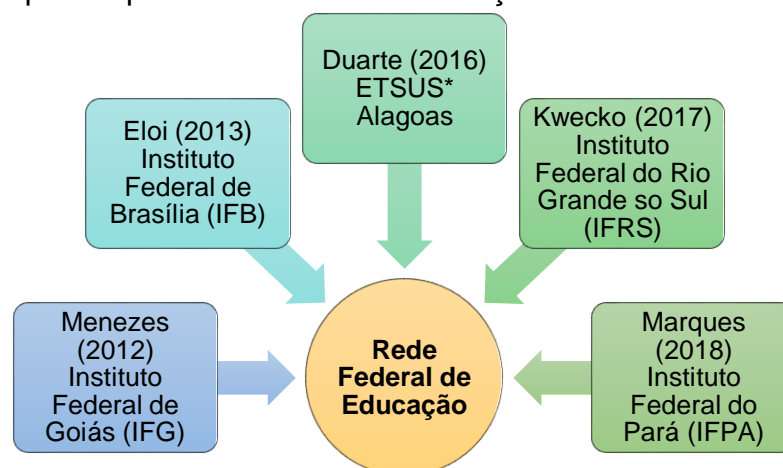
A busca pelo descritor “Avaliação interna” junto ao *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES possibilitou conhecer o que está sendo produzido nos diversos programas de Pós-Graduação das Instituições de Educação Superior (IES) do Brasil com relação à temática. As 114 produções datam do ano de 1998 a 2019, concentram-se em 62 IES e em 56 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

As cinco pesquisas encontradas com enfoque na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), da qual os Institutos Federais (IF) fazem parte, representam 17% do total de dissertações. Uma dessas pesquisas aborda a avaliação institucional no IF do Rio de Janeiro (IFRJ) e as demais, abordam

sobre a temática nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e na Faculdade de Tecnologia (FATEC). Dessas, a partir do acesso a somente duas dissertações (ARGOLLO, 2010; CAVALCANTE, 2013) pode-se destacar como resultados a discussão da necessidade de criação de núcleo de estudos em avaliação, para melhor embasar o processo avaliativo institucional; faz-se necessário o estímulo à gestão que se baseie em diagnósticos (CAVALCANTE, 2013); que seja ampliada a autonomia das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e que haja uma maior participação dos segmentos internos e externos em todas as etapas da avaliação interna (ARGOLLO, 2010).

Em outro levantamento, realizado posteriormente, a partir do descritor “Autoavaliação institucional”, foram localizadas cinco pesquisas de mestrado referentes à avaliação interna em instituições da RFEPCT, sendo que quatro delas se voltam para a atuação específica de algum Instituto Federal (IF), conforme demonstra a Figura 4:

Figura 4 – Pesquisas que abordam sobre instituições da Rede Federal de Educação



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir das informações obtidas junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (maio 2021).

*ETSUS = Escola técnica do Sistema Único de Saúde (SUS)

Nas pesquisas localizadas, são contemplados institutos e escolas técnicas de quase todas as regiões do Brasil, com exceção da região sudeste. Um aspecto importante a ser ressaltado é que todos esses estudos foram desenvolvidos em nível de mestrado, ponto que chama atenção para o fato de que, no doutorado, os pesquisadores geralmente têm mais tempo para se dedicar à pesquisa, no entanto, a temática tem sido pouco buscada por esse perfil de pesquisadores.

Considerando-se os trabalhos que contemplam instituições da rede federal, destacam-se, em seus resultados: dificuldade dos gestores na utilização do relatório, das recomendações da CPA e dos resultados da avaliação (MENEZES, 2012); dificuldades na implantação da autoavaliação institucional; desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o processo e relevância da avaliação; ausência de capacitação da CPA (ELOI, 2013); proposta de autoavaliação interna participativa (DUARTE, 2016); valorização da avaliação pela comunidade acadêmica; tímido aproveitamento dos resultados na decisão dos gestores; baixa incorporação dos resultados da autoavaliação institucional no planejamento estratégico (KWECKO, 2017); CPA ainda não consolidada e implantada devido à exigência legal; dificuldades administrativas e de apoio logístico; desconhecimento da comunidade acadêmica sobre a importância da avaliação; falta de capacitação para os membros da CPA e baixa participação dos segmentos nos processos de autoavaliação (MARQUES, 2018).

Ao consultar o descritor “IFRO” no *Catálogo de Teses e Dissertações*, identificou-se mais uma pesquisa que aborda um dos importantes aspectos da avaliação interna para a gestão educacional: a tomada de decisão. Nessa dissertação, Zamberlan (2018) analisou o uso e a aceitação do Sistema de Apoio a Decisão (SAD), que se constitui-se no *Painel de Indicadores*⁴, uma ferramenta tecnológica utilizada pelos gestores do IFRO. Como resultados, considerou-se que há “[...] uso e aceitação do sistema de apoio a decisão no IFRO” e “[...] os gestores apontam a ferramenta como muito importante para o desenvolvimento de suas atividades [...]” (ZAMBERLAN, 2018, p. 5).

Considerando o contexto apresentado, a presente tese vem se somar às discussões e encaminhamentos das pesquisas já realizadas, acrescentando novas proposições e reflexões ao analisar os instrumentais de avaliação, relatórios de avaliação interna e PDI, bem como por investigar uma instituição nova (em comparação com outros IF, que incorporaram Escolas Agrotécnicas mais antigas), localizada na região norte, com as singularidades que sua oferta de ensino e localização lhe impõem (qualificação de servidores em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, distância dos grandes centros acadêmicos e de pesquisa, a população

⁴ Disponível em: <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/Login>. Acesso em: 19 maio 2020.

acadêmica ser constituída em sua maioria por estudantes do ensino médio técnico, dentre outras).

Esta tese está organizada em seis seções, das quais a primeira é composta por esta introdução. A segunda seção apresenta fatos histórico-políticos que impulsionaram a criação dos cursos de educação superior e das universidades no Brasil, com ênfase para os principais mecanismos legais que incidiram na forma de estruturação e realização da avaliação institucional até chegar ao SINAES. A terceira seção traz os fundamentos teóricos e elenca as principais discussões desenvolvidas pelos autores estudados acerca dos descritores: avaliação institucional e gestão educacional, perpassando discussões sobre políticas públicas em educação. Na quarta seção, apresentam-se os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, com especificação do método utilizado, bem como as particularidades do local estudado e os documentos analisados. Os resultados da pesquisa são apresentados na quinta seção, com a análise do PDI 2014-2018 e do PPI, bem como análise e discussão dos instrumentos de avaliação utilizados na avaliação interna, dos RAI e do PDI 2018-2022. Por fim, na sexta seção, apresentam-se as considerações finais, com os achados a partir da pesquisa realizada; resgatam-se os objetivos da pesquisa e, a partir deles, desenvolve-se o que foi considerado nas análises documental e categorial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as instituições possuem, naturalmente, uma dinâmica e, no que concerne à organização, se embasam em parâmetros fixos, a avaliação não deve ser enquadrada como mero instrumento de coleta de dados. A avaliação em processo envolve a dinâmica institucional, revela forças e fragilidades e ajuda na construção de ferramentas para que se possa intervir na realidade; entretanto, para que a avaliação se torne concreta, a intervenção depende de um agente, gestor ou servidor.

Nesta tese, enfatizou-se a importância da avaliação para a gestão escolar, a partir da análise dos aspectos identificados nos instrumentos, relatórios e documentos institucionais, com o objetivo de contribuir fundamentadamente para a melhoria das etapas da avaliação interna, a fim de que ela se torne cada vez mais útil e eficiente para a equipe gestora, compreensível e de fácil acesso a toda a comunidade acadêmica; que ela revele o estado em que as atividades desenvolvidas na instituição se encontram e seja contributiva para melhorias e avanços institucionais.

Nesse sentido, buscou-se consolidar informações, a partir da análise realizada, visando proposições de avanços no modo de planejar, executar, desenvolver e dar publicidade aos resultados das avaliações internas. Com o mapeamento da avaliação institucional interna do IFRO no triênio 2015-2017, objetivou-se identificar: como as avaliações internas foram realizadas; a partir de quais instrumentos e questões; como os resultados foram consolidados e o uso que a gestão institucional fez dos dados e indicadores gerados nos Relatórios de Avaliação Interna (RAI) desse período.

Foi possível identificar que a avaliação interna influencia e contribui para as tomadas de decisões da equipe gestora, a partir dos indicadores gerados pelos resultados das avaliações e tem servido para o autoconhecimento institucional. No entanto, alguns entraves constatados na realização da avaliação precisam ser revistos: falta de planejamento; falta de fundamentos teóricos para embasar a avaliação; falta de formação em cursos específica voltados para avaliação; falta de priorização institucional; necessidade de revisão dos mecanismos de sensibilização da comunidade; dificuldade em avaliar diferentes níveis de ensino e grande extensão territorial em que a instituição se localiza.

Pode-se considerar que o exercício anual de realizar a avaliação institucional interna ajudou a melhorar o desenvolvimento de sua aplicação no IFRO. O processo histórico levantado indicou que em 2014, ainda não havia estruturação de Projeto de

Avaliação no IFRO. Pelo que consta nos RAI, havia planejamento anual, por meio de plano de ação. Para o triênio avaliado, não houve projeto de avaliação, o que gera a hipótese de certas dificuldades e entraves ocorridos na realização das avaliações.

Quanto aos aspectos julgados essenciais na constituição de um bom relatório de avaliação, no que se refere à sua apresentação, a maioria dos itens e informações essenciais ainda são atendidos parcialmente nos RAI de 2015, 2016 e 2017. Os relatórios são muito extensos, apresentam repetições de informações que poderiam ser sintetizadas e expostas de acordo com o público que visa atender ou, simplesmente, serem inseridas nos apêndices dos relatórios para, se necessário, as partes interessadas consultarem. Faz-se indispensável melhorar o detalhamento dos processos e métodos que culminam na realização da avaliação, justificar escolhas, explanar as ações desenvolvidas e analisar mais profundamente os dados obtidos.

Na pré-análise dos instrumentos e dos RAI, constatou-se fragilidades no processo de planejamento, elaboração e aplicação dos instrumentos, principalmente na avaliação interna de 2015. Esse aspecto foi identificado a partir das seguintes constatações: ausência de explicitação da forma de selecionar os cursos e *campi* que participariam da avaliação interna; ausência de discussões sobre aspectos pedagógicos; falta de descrição da seleção de questões/itens que contemplam os questionários; falta de descrição da sensibilização realizada e abordagem, entre outros aspectos. Avaliar por meio da escolha de determinados conceitos, em detrimento de outros, muitas vezes não permite identificar problemas pontuais e generalizá-los, o que pode induzir a conclusões precipitadas ou que não abordam a realidade institucional acerca de determinadas dimensões avaliadas.

Nem todas as perguntas cabem nos padrões de respostas pré-definidos; o mais importante não são 20 respostas ou votos para a opção “ótimo”, mas sim o que essas respostas significam para a instituição, afim de tomarem como parâmetro para seguir seus projetos institucionais. Mesmo não sendo possível tabular todas as respostas abertas, o importante é obter os dados, trazê-los para discussão e análise dos interessados. Nenhuma informação e resultado obtidos na avaliação interna deve passar despercebido ou ser desconsiderado.

Os RAI são a consolidação das avaliações realizadas, então, devem esclarecer todos os processos que levaram aos resultados apresentados, com sugestões de ações para solucionar ou minimizar problemas encontrados. A avaliação interna não termina com a elaboração do relatório final e exige leitura, olhar atento e analítico aos

resultados obtidos, por parte dos gestores e interessados em melhorias institucionais. Estes, ao examinarem os indicadores gerados, precisam indagar: os dados e informações abordam a realidade institucional? O que pode ser feito a partir dos resultados obtidos? Quais ações e diretrizes serão criadas? Para quando e sob a responsabilidade de quem? Com quais recursos?

Os dados obtidos devem permear as tomadas de decisões institucionais a fim de serem parte integrante do planejamento das avaliações, que devem estar consolidadas em um aporte teórico sólido para subsidiar as análises dos resultados.

O planejamento da avaliação e os RAI não se fundamentam em alguma corrente teórica de avaliação, não abordam conceitos e não contemplam fundamentos de estudiosos de referência na área, principalmente com relação à elaboração das questões que compõem os questionários, na apresentação dos relatórios, nos julgamentos feitos e na entrega dos resultados da avaliação. Não basta somente disponibilizar o relatório escrito à comunidade acadêmica; à CPA cabe ainda apresentar os resultados e discuti-los. Após realizada a avaliação, a meta-avaliação é essencial para que as futuras avaliações melhorem, por meio da revisão do que foi bem-sucedido e do que precisa ser revisto quanto aos métodos e etapas das avaliações.

A partir dos parâmetros escolhidos para a análise documental, os RAI atendem, em sua maior parte, parcialmente os requisitos para um bom relatório de avaliação. Esse conceito de bom relatório é atribuído a partir da consideração de utilidade e clareza para o público interessado, acerca dos resultados da avaliação interna. Se um relatório não apresenta informações essenciais, não compromete somente sua apresentação, considerando o caráter formal, mas também sua utilidade.

Os instrumentos de avaliação, que são questionários, têm sido melhor desenvolvidos e também os meios de sensibilização e aplicação tem se modernizado: seminários *online* e divulgação de informações sobre a avaliação interna no sítio institucional e nas redes sociais. De 2015 para 2017, observou-se uma melhoria principalmente no rigor da avaliação interna e das questões (itens listados) nos instrumentos de avaliação. No entanto, considera-se que os conceitos padronizados para responder a todos os itens são limitantes, o que compromete a avaliação de alguns tópicos. Como se constitui em um ato intencional e especializado, as questões ou itens que compõem os instrumentos de avaliação precisam ser bem elaboradas,

pois, além de determinar a qualidade da avaliação, devem possibilitar a extração da real situação do objeto avaliado, para que se possa intervir e propor novas ações.

Nesse sentido, sugere-se que haja capacitação constante para os novos membros da CPA, referente ao planejamento, execução e elaboração dos RAI; ao elaborar as questões que compõem os questionários, consultar unidades/setores aos quais se referem, com a finalidade de, além de evitar equívocos (que vão desde a troca de termos ou nome dos setores), contemplar questões relevantes e contributivas para o desenvolvimento das ações institucionais como um todo.

Identificou-se que a avaliação interna do IFRO vem seguindo parcialmente o que determinam os documentos legais que regem a avaliação interna e os objetivos a que se propõem. Vale salientar que, na avaliação realizada no ano de 2015, houve reduzido número de cursos e estudantes participantes e as dimensões avaliadas divergiram da proposta do SINAES. Indaga-se então: O que essa redução de cursos avaliados pode significar? A lógica utilizada para secionar os cursos ou as limitações da avaliação de 2015 justificam a exclusão de outros cursos?

Para melhor compreender a realização da avaliação, é necessário melhorar a descrição de todas as etapas que compreendem as ações e os encaminhamentos dados na avaliação interna; analisar com maior profundidade os achados da avaliação, explorando os resultados para além do que os aspectos numéricos mostram e quanto à caracterização gráfica, padronizar e diagramar as informações apresentadas.

Como nem todos os cursos ofertados foram avaliados em cada avaliação interna do período estudado e nem todos os estudantes responderam aos questionários (pois a participação é voluntária), em alguns casos e itens os dados refletem informações dadas apenas por um quantitativo pequeno de partícipes e esse aspecto deve ser observado na análise dos resultados, não podendo ser considerado como a decisão (avaliação) da maioria.

A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 revelou que esse Plano não priorizava a promoção de melhorias para a realização e consolidação da avaliação institucional interna e pouco se fez menção à importância e utilidade da avaliação para a gestão. Não foram identificados planos e metas que remetem especificamente à avaliação interna do IFRO. Ao se analisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), notou-se a necessidade de ampliar a avaliação também para o público do Ensino Médio Técnico.

É possível afirmar que existe a necessidade de preparar a coletividade para o movimento que avaliação institucional deve promover na instituição, para que todos possam ocupar seu lugar no conjunto da avaliação: dos executores aos respondentes e gestores.

Nas avaliações de 2015 e 2016, havia destaque para que os resultados das avaliações internas fossem utilizados pela equipe gestora para as tomadas de decisões, tanto na Reitoria, quanto nos *campi*. A partir do último triênio avaliado e dos documentos institucionais seguintes aos resultados divulgados (PDI 2018-2022), observou-se que a equipe gestora tem utilizado a avaliação interna como indicador para embasar as tomadas de decisões, o que faz com que, a princípio, a avaliação cumpra seu objetivo e sua função utilitária, para além do aspecto burocrático de gerar dados e informações para regulação pelo SINAES.

Comparando-se as sugestões de ações da CPA nos RAI de 2015 a 2017, identificou-se, no PDI 2018-2022, a priorização de assuntos e questões apontados como urgentes nos resultados das avaliações, por meio da criação projetos específicos e do delineamento de vários objetivos e ações pontuais para atender às demandas geradas.

No PDI 2018-2022, foi projetado que a avaliação interna seja realizada por todos os segmentos, devido sua importância para melhorias institucionais. Apesar de não se ter analisado especificamente o RAI do ano de 2018, é importante ressaltar que, nesse ano, os discentes do Ensino Médio Técnico, que representam o maior percentual da população acadêmica da instituição, foram incluídos na avaliação interna. Isso demonstra a preocupação e a atenção da instituição em conhecer, de forma mais ampliada, a opinião da comunidade acadêmica, para melhor compreender se as ações realizadas têm cumprido suas finalidades de forma qualitativa e satisfatória, bem como o que pode ser melhorado.

O único projeto de avaliação localizado corresponde ao período do triênio 2018 a 2020. Conforme já mencionado, não foi possível analisar a avaliação desenvolvida nesse último triênio (2018-2020), devido à falta de tempo hábil na liberação do RAI de 2020 (que é o relatório final) para consulta pública, em decorrência da pandemia de Covid-19. No PDI 2018-2022, observou-se uma abordagem da avaliação interna totalmente diferente do PDI 2014-2018: a avaliação interna foi mencionada diversas vezes, como diretriz e apoio às ações da gestão escolar, chegando a mencionar a necessidade de uma política de avaliação institucional. Pontua-se que, devido à

ausência de relato ou descrição, não foi possível identificar, nas avaliações analisadas, se elas são acessíveis⁵⁴ a todos, aspecto que deve ser observado nas próximas avaliações, no que tange aos recursos de sensibilização, instrumentos, relatórios e a todos os documentos institucionais.

Ao longo desta tese, foram apresentadas reflexões sobre algumas questões acerca da avaliação interna institucional, de modo a contribuir para que os leitores e estudiosos da temática possam pensar sobre, discutir, analisar e buscar soluções para problemáticas surgidas nas respectivas instituições. É verdade que para muitas questões não há respostas prontas; por outro lado, as perguntas são mais importantes do que as possíveis respostas que poderiam ser oferecidas neste momento.

Considera-se, entretanto, que a avaliação interna tem conseguido dar relevância ao estado em que os aspectos avaliados se encontram, fornecendo indicadores que subsidiam a regulação das ações institucionais, fundamentando discussões e análises para se repensar as atividades desenvolvidas. Além disso, a avaliação pode e deve embasar o planejamento estratégico, no que se refere à elaboração e efetivação de novas ações e políticas internas, quando da tomada de decisões da gestão escolar.

Feitas essas considerações, reconhece-se que a tese proposta foi confirmada: a avaliação institucional interna é um instrumento determinante para a equipe da gestão escolar, quando fundamenta as tomadas de decisões para a qualidade dos serviços prestados. Convém esclarecer que nem toda avaliação cumpre sua finalidade e que nem sempre seus resultados e indicadores são utilizados pela gestão, assim como visto nos resultados de diversas pesquisas apontadas ao longo deste texto, os quais não foram destoantes de alguns achados do presente estudo: as CPA têm dificuldades na elaboração de instrumentais de avaliação; falta de clareza com relação ao objetivo; falta de embasamento no planejamento da avaliação e na análise dos resultados; e falta de domínio de teorias avaliativas.

Como diferencial, neste estudo, constatou-se que: a gestão escolar do IFRO se baseia em diagnósticos e indicadores gerados pela avaliação interna para as tomadas de decisões; a comunidade acadêmica tem participado mais da avaliação, resultado de uma aprendizagem gerada a partir do exercício que a própria realização anual da avaliação promove em todos os envolvidos no projeto institucional; a instituição tem

⁵⁴ Remete ao caráter de acessibilidade programática, necessária em documentos institucionais.

valorizado a contribuição da comunidade na elaboração de documentos institucionais; a avaliação tem caminhado rumo à superação do aspecto burocrático e legalista, vislumbrando a formação de uma cultura de avaliação formativa, emancipatória e construída coletivamente, a partir da gestão democratizada.

Assim como a realidade apresentada nos resultados de outras pesquisas de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é necessária a criação de um núcleo de estudos em avaliação, a fim de embasar as ações que contribuam para a avaliação institucional interna. Esse núcleo precisa ter a participação da comunidade acadêmica, para que esta se aproprie do conhecimento acerca da instituição e suas necessidades, de modo que a avaliação se torne, de fato, coletiva.

Aos membros de CPA, pesquisadores e demais interessados na temática da avaliação interna e seus instrumentos, recomenda-se considerar que os padrões, critérios e indicadores utilizados para análise dos relatórios e perguntas avaliatórias que compõem os questionários contribuem para fundamentar novas investigações e podem ser ampliados a partir da singularidade de cada instituição.

Para futuras pesquisas, especificamente sobre a avaliação institucional do IFRO, cabe investigar se as ações planejadas no atual PDI (2018-2022) foram efetivadas, principalmente analisando-se os resultados das avaliações internas de 2018, 2019 e 2020. Para pesquisas realizadas sobre avaliação interna no contexto das instituições de Educação Superior em geral, cabe observar os padrões adotados e a apropriação de critérios de análise de programas de avaliação, que podem ser adaptados às especificidades de cada instituição.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria da Conceição Lima; CASTIONI, Remi. Avaliação da educação profissional: análise bibliométrica no âmbito da literatura científica. **Com a palavra o professor**, Vitória da Conquista (BA), v. 4, n.10, set.-dez., 2019, p. 290-308. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/352-Texto%20do%20artigo-1611-2-10-20200703%20(1).pdf. Acesso em: 27 out. 2020.
- AGUILAR, Planejamento estratégico. *In*: CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 378-379.
- ARAÚJO, Ana Karolina de. **SINAES e os procedimentos de avaliação: a construção de uma nova cultura na universidade?** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ARAÚJO, Leonardo Sousa. **Avaliação do processo de elaboração do plano de desenvolvimento institucional (PDI) do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Rondônia (IFRO)**. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.
- ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. **Auto-avaliação institucional na rede federal de educação tecnológica: análise da implementação do SINAES**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- AVILA, Aline Elisa Cotta D. **Avaliação institucional: mobilizando a escola para melhoria da qualidade da educação**. 2013 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz De Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BALZAN, Newton César. A voz do estudante: sua contribuição para a deflagração de um processo de avaliação institucional. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 115- 148.
- BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. rev. e ampl. Tradução: Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100008>. Acesso em: 10 maio 2020.

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. *In*: BARROSO, João. **O estudo da escola**. Porto: Porto, 1996.

BATISTA, Glauco Henrique Clemente *et al.* O golpe de 2016 e as ameaças para a educação no Brasil: o tripé de retrocessos. **SCIAS** - Direitos Humanos e Educação, v. 3, n. 1, p. 138-161, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/4551>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BELLONI, Isaura *et al.* Avaliação institucional da Universidade de Brasília. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 87-114.

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. **Avaliação**: Revista da Rede de Avaliação Institucional do Ensino Superior, Campinas, v. 3, n. 4, dez. 1998, p. 20-42.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto LTDA, 1994.

BONNIOL, Jean-Jacques; VIAL, Michel. **Modelos de avaliação**: textos fundamentais. Tradução: Claudia Achilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BOTELHO, Arlete de Freitas. **Intencionalidades e efeitos da autoavaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi**. 2016. 381 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Auto-avaliação de escolas**: processo construído coletivamente nas instituições escolares. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 05 out. 1988.

BRASIL. Decreto de 28 de maio de 2004b. Designa a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e dispensa a Comissão Nacional de Orientação e Avaliação (CONAV). **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 2, Brasília, DF, n. 103, 31 maio 2004b.

BRASIL. Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Brasília, 1996. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 20.545, 11 out. 1996b.

BRASIL. Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória n.º 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos art. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 17.991, 20 ago. 1997.

BRASIL. Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001a. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 10 jul. 2001.

BRASIL. Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 10 maio. 2006a.

BRASIL. Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001b. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abr. 2004a.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, edição extra, ano CLI, n. 120-A, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação. **Documento básico de avaliação das universidades brasileiras.** Brasília: MEC, 1993. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/docbas.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 11.429, 27 dez. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário**

Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 6.592, 18 ago. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, edição extra, p. xx, 25 nov. 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n.º 4, de 05 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa n.º 1, de 2007. **Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, n.º 150, p. 19, 06 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 12**, de 5 de setembro de 2008. Institui o índice geral de cursos da instituição de educação superior (IGC). Disponível em: http://download.inep.gov.br/download//condicoes_ensino/2008/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC/CONAES, 2004. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa das instituições de educação superior:** diretrizes e instrumento. Brasília: MEC/CONAES/INEP, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Avalia%C3%A7%C3%A3o+externa+de+institui%C3%A7%C3%B5es+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+diretrizes+e+instrumento/b5353582-a9ab-4993-b50a-03d5184f5a18?version=1.2>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Roteiro de auto-avaliação institucional**. Brasília: MEC /CONAES/INEP, 2004. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/487597. Acesso em 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Reforma e avaliação da educação superior:** tendências na Europa e na América Latina: seminário internacional. Brasília: MEC/CONAES/INEP/, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior. **Avaliação institucional**: instrumento de avaliação institucional externa. Brasília: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância**. Brasília: MEC/SEED/INEP, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília: MEC/ SEED, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de autorização de curso para oferta na modalidade a distância**. Brasília: MEC/ SEED/INEP, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Credenciamento de pólo de apoio presencial para educação a distância**. Brasília: MEC/ SEED/INEP, 2010c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras - PAIUB**. Brasília: SESU/MEC, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Seminário internacional** “reforma e avaliação da educação superior: tendências na Europa e na América Latina”. Brasília: MEC/INEP/CONAES, 2005.

CAPELLA, Ana Cláudia. *Agenda-Setting*. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 60-64.

CAVALCANTE, Luiz Jose Henrique Nogaroli. **SINAES no CEFET/RJ**: contribuições para a auto-avaliação. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2013.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERMINARO, Maria Cecília. Avaliação, gestão e o cenário de novas possibilidades e novos debates na educação pública. In: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e gestão escolar**: reflexões e pesquisas educacionais. São Carlos: RiMa, 2010. p. 9-16.

COLARES, Anselmo Alencar. O autoritarismo repressivo na educação brasileira pós-1964. *In*: COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: ANPAE, 2003. p. 3-72.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Concepções de gestão educacional: rumo à democracia participativa. *In*: COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: ANPAE, 2003. p. 75-130.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. **Resolução CONAES n.º 01**, de 11 de janeiro de 2005. Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior. Disponível em: http://www.cpa.uerj.br/pdf/resol_conaes_%2001_2005.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Relatório parcial CPA 2015**. Porto Velho: IFRO, 2016a. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/cpa-nav>. Acesso em: 30 set. 2017.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Autoavaliação institucional 2016**. Porto Velho: IFRO, 2016b. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/cpa-nav>. Acesso em: 30 set. 2017.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Autoavaliação institucional 2015 -2017**. Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/cpa-nav>. Acesso em: 10 dez. 2018.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Projeto de avaliação institucional 2018-2020**. Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/cpa-nav>. Acesso em: 28 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014**: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro - DHBB**. São Paulo: Forense, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CUNHA, Maria Isabel. Auto-avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória. **Avaliação**: Revista da Avaliação Institucional da Educação Superior. Sorocaba, v. 9, n. 4, p. 25-31, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1285>. Acesso em: 03 set. 2019.

CURY, Vera de Arruda Rozo. O currículo e a medida do social: estudo de um curso de Direito - contribuição para avaliação institucional. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 149-180.

DI GIOVANNI, Geraldo. Atores. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018a. p. 95-97.

DI GIOVANNI, Geraldo. Avaliação. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018b. p. 101-104.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 53-86.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011b. p. 15-36.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformação da educação superior brasileira (1995-2009) do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2011. p. 93-115.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: desafios e perspectivas. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DUARTE, Janaina Andrade. **Auto avaliação institucional de uma ETSUS**: refletindo e ressignificando as práticas político-pedagógicas. 2016. 135 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

ELOI, Merilande de Oliveira Soares. **Instituto federal baiano**: Uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, 2013.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. Legalidade. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018a. p. 506-509.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. Legitimidade. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018b. p. 509-515.

FERNANDES, Ivanildo Ramos; GRIBOSKI, Claudia Maffini; MENEGHEL, Stela Maria. Novos indicadores para a educação superior brasileira: eles são necessários? *In*: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis - SC. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-17.

FRIGERIO, Graciela; POGGI, Margarita; TIRAMONTI, Guillermina; AGUERRONDO, Inês. **Las instituciones educativas cara y ceca**. Buenos Aires: Troquel, 1992.

GASPARETTO, Agenor. **Avaliação institucional**: processo doloroso de mudança - a experiência da UESC. Ilhéus, Bahia, 2003.

GIMENES, Nelson Antonio Simão. **Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma instituição de educação superior**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOULART, Joana Corrêa. **Avaliação institucional interna da universidade estadual de Goiás**: um estudo meta-avaliativo. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, 2018.

GOULART, Joana Corrêa. **Avaliação institucional na unidade universitária de Quirinópolis da universidade estadual de Goiás (2005-2010)**: processos, significados e contradições. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

GUIMARÃES, Maria Helena de Oliveira. **Avaliação**: impactos sobre o ensino superior. Belo Horizonte: FUMEC-FACE: C/Arte, 2003.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; CATANI, Alfrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.).

Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-92.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Diretor. *In:* HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução n.º 55/CONSUP/IFRO**, de 11 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de desenvolvimento institucional IFRO: 2014-2018**. Porto Velho: IFRO, 2014a. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/1795-pdi/file> Acesso em: 10 mar. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de desenvolvimento institucional IFRO 2018-2022**. Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **IFRO chega aos dez anos de implantação em Rondônia**. 28 dez. 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/6739-ifro-chega-aos-dez-anos-de-implantacao-em-rondonia>. Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Novo reitor do IFRO**, Uberlando Tiburtino Leite, toma posse nesta terça. 9 mar. 2015. Disponível em: <https://www.ifro.edu.br/site/?p=28499>. Acesso em: 01 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2011**. 2012. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2012**. 2013. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. 2014b. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. 2016c. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/relatorio-de-gestao-1/597-relatorio-de-gestao-de-2015-ifro-submissa-o-1/file>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. 2016b. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Prodin/Relat%C3%B3rios_de_Gest%C3%A3o_/RG_2016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Autoavaliação institucional envolve professores, técnicos e alunos**. 14 ago. 2017b. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/3353-autoavaliacao-institucional-envolve-professores-tecnicos-e-alunos>. Acesso em: 09 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Pipex do IFRO enviou 40 alunos para o exterior**. 2016d. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/411-pipex-do-ifro-enviou-40-alunos-para-o-exterior>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINAES - sistema nacional de avaliação da educação superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed., rev. amp. Brasília: INEP, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação institucional**. 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/avaliacao-institucional>. Acesso em: 10 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 065**. Brasília: MEC, 09 out. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de gestão 2019**: gabinete da presidência do Inep: prestação de contas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ao Tribunal de Contas da União (TCU). Brasília, 2020.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-golpe-2016>. Acesso em: 21 mar. 2021.

KWECKO, Fabio Rios. **Os desafios do diálogo entre autoavaliação institucional e gestão estratégica do IFRS - campus Rio Grande**. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÉS, Patrick. Instrument. *In*: BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline. **Dictionnaire des politiques publiques**. 2. ed. rev. Paris: Presses de Sciences Po, 2006. p. 269-277.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto (org.). **Avaliação & compromisso**: construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

LEMES, Sebastião de Souza. A avaliação educacional e escolar revisitada e a reflexão pontual de conceitos, fundamentos e indicadores frente às demandas para a escolarização atual. *In*: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e gestão escolar**: reflexões e pesquisas educacionais. São Carlos: RiMa, 2010. p. 65-78.

LEMES, Sebastião de Souza. Indagações sobre as políticas educacionais e reflexões sobre demandas percebidas pelo estado brasileiro: tópicos para análise circunstanciada de seus instrumentos de ação. **RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 3, p. 1616-1625, 2016.

LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman; RIBEIRO, Ricardo. Alguns fundamentos de organização do currículo para a escola democratizada: pistas históricas e perspectivas necessárias. **RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** v. 6, n. 3, p. 127-139, 2011.

LIMA, Claudia Ibiapina. **Autoavaliação nas instituições de ensino superior (IES) do Ceará sob a égide do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Edição expandida do 30^o aniversário. Tradução: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Prefácio à edição brasileira. *In*: LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Edição expandida do 30^o aniversário. Tradução: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: ENAP, 2019.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

LUZ, Ana Maria de Carvalho; SILVA, Patrícia Rosa da; AMARAL, Fernanda Alaminado. (org.). **Organização e gestão da escola**: planejamento e avaliação. Módulo II. Gestão de Unidades Escolares. Salvador: ISP, 2008. Disponível em: http://www.videos.proged.ufba.br/Serie_Seminarios/E_books/modulos/modulo2.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

MARQUES, Miriam Castro. **Potencialidades e limites da autoavaliação institucional na gestão do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Pará campus Belém**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais) - Universidade Cidade de São Paulo, 2018.

MARQUES, Miriam Castro; MARTINS, Angela Maria. Potencialidades e limites no processo de autoavaliação institucional do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Pará. *In: XIII EDUCERE 2017. Anais [...]*. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25958_12346.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARTINS, R. C. de R. Novos encontros, novas sínteses - avaliação e regulação da educação superior: experiências e desafios. **Revista FUNADESP**. Brasília, 2005.

MARTINS, Rafael Inácio Sousa; AZEVEDO, Marília Macorin de. Avaliação institucional da educação profissional técnica de nível médio: estudo bibliométrico. *In: XIV WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA. Anais [...]* São Paulo, 2019.

MENEZES, Ângela Maria de. **Autoavaliação como instrumento de gestão na educação superior: o caso do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Goiás – IFG**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 3. ed. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 out. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Novo ensino médio: perguntas e respostas**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas frequentes: base nacional comum curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 1.606, de 1º de junho de 2004. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, n. 105, 2 jun. 2004a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa n.º 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman; GOMES, Micael Côrtes. O reconhecimento das culturas escolares para a constituição de uma gestão sensível. *In*: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e gestão escolar: reflexões e pesquisas educacionais**. São Carlos: RiMa, 2010. p. 1-7.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Burocracia. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 106-110.

NUNES, Jackson Bezerra. **Implantação das comissões próprias de avaliação dos institutos federais da região norte do Brasil**. 2014. 69 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. Projeto pedagógico institucional - PPI: uma breve reflexão sobre o documento. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-8. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/32848/7.29.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

OLIVEIRA, Lucilene Rebouças de. **Estudo do processo de avaliação interna: ferramenta de tomada de decisão, de autocontrole, de autoconhecimento e de melhoria na gestão das universidades e institutos federais**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Revisões das políticas nacionais para a educação: repensando a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil**. Tradução: Jorge Francisco Kell. OCDE, 2018.

PECI, Alketa. Regulação/Agências Reguladoras. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 867-871.

PINHA, Maria Luisa de Sousa. **Avaliação institucional na escola pública de educação básica: possibilidades para aprimoramento da gestão escolar**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. **Anexo B - II Seminário de Pós-Graduação**. 2013. Disponível em: <https://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2013/09/III-Circuito-Cient%c3%adfico-Normas-II-Semin%c3%a1rio-de-P%c3%b3s-Gradua%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RESCIA, Ana Paula Oliveira; O'REILLY, Maria Cristina R. B. Avaliação educacional: algumas considerações. *In*: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e gestão escolar**: reflexões e pesquisas educacionais. São Carlos: RiMa, 2010. p. 27-40.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação institucional: pensando princípios. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (org.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 37-52.

RODRIGUES, Eliana Curvelo. *et al.* Avaliação e gestão: possibilidades de emancipação e a perspectiva da transformação social. *In*: RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman (org.). **Avaliação e gestão escolar**: reflexões e pesquisas educacionais. São Carlos: RiMa, 2010. p. 47-56.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antonio G. de. Gerencialismo. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 388-392.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Documento de trabalho 8/91. 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SANT'ANNA, Vanya. Gestão. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 392-394.

SILVA, Assis Leão da. **Avaliação do Ensino Superior**: A dinâmica de implementação do SINAES nas Universidades Federais no tocante ao instrumento de Avaliação Interna – CPA. 2009. 160 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Elizangélica F. da. **Avaliação de educação superior em duas instituições federais de ensino público em Porto Velho/RO**: um estudo exploratório (2008-2013). 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2016.

SILVA, Jesué Gracialiano da. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos de 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. 416 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SILVA, Luiz Antonio de Palma e. Coordenação. *In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018. p. 202-203.*

SOUZA, Ângelo Ricardo de; PIRES, Pierre André Garcia. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 65-87, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57216>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SOUZA, Cíntia dos Santos. **O acompanhamento de egressos do curso de pedagogia como indicador de avaliação institucional na UNIR**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2014.

TOGNARELLI, Vanda Rutkowski. **Avaliação institucional**: do processo construído à vivência do SINAES - a consolidação do sujeito coletivo institucional. São Paulo: Terracota, 2012.

TOGNARELLI, Vanda Rutkowski. **Avaliação institucional**: do processo construído à vivência do SINAES - a consolidação do "sujeito coletivo institucional". 2010. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

TRIGUEIRO, M. G. S. A Avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de ensino do país. **Avaliação**: Revista de Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. v. 9, n. 3, set. 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v09n03/v09n03a02.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

VILELAS, J. **Investigação**: O processo de construção do conhecimento. Lisboa: Sílabo, 2009.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas**: concepções e práticas. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

ZAMBERLAN, Miguel Fabricio. **Percepção sobre o uso e aceitação de sistema de apoio a decisão por gestores do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Rondônia**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

ZITZKE, Viviane Aquino; PINTO, Elisane Ortiz de Tunes Pinto. A BNCC e os impactos no currículo do ensino médio integrado. **Thema**, v. 17, n. 2, 2020, p. 407-416. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.V17.2020.407-416.1469>. Acesso em: 22 nov. 2020.